



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**2ª VICE-PRESIDÊNCIA DO TJRJ**

**GRUPO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA  
CARCERÁRIO NO ÂMBITO DO  
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
(GMF/RJ)**

**ATA DE REUNIÃO**  
N. 05/2023

**Data:** 13.04.2023

**Horário:** 11h

**Local:** Sala de Reunião do GMF/RJ  
– Lâmina IV – Sala 206 e Teams.

Consigna-se nesta ata a participação presencial dos seguintes membros e convidados:

1. 2ª Vice-Presidente Desembargadora SUELY LOPES MAGALHÃES – Supervisora do GMF/RJ;
2. Desembargador MARCELO CASTRO ANATOCLES DA SILVA FERREIRA – Coordenador do GMF/RJ;
3. Juíza Auxiliar da Presidência do TJRJ ANA PAULA MONTE DE FIGUEIREDO PENA BARROS;
4. Juiz Auxiliar da 2ª Vice-Presidência do TJRJ ANDRÉ RICARDO DE FRANCISCIS RAMOS;
5. Juiz em exercício na VEP MARCEL LAGUNA DUQUE ESTRADA -TJ RJ;
6. Desembargador MAURO PEREIRA MARTINS – Supervisor do DMF/CNJ;
7. Desembargador LUIS GERALDO S. LANFREDI – Coordenador do DMF/CNJ;
8. Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ JÔNATAS ANDRADE;
9. Senhor FELIPE ALTHAYDE LINS DE MELO – CNJ;
10. Senhor EDUARDO NOVAIS – CNJ;
11. Senhora MARIANA LEIRAS – CNJ;
12. Deputado Estadual DANIEL LIBRELON;
13. Deputada Estadual CÉLIA JORDÃO;
14. Deputado Estadual THIAGO RANGEL LIMA;
15. Deputado Estadual BRAZÃO;
16. Senhor CARLOS ALBERTO FERREIRA DIAS – ALERJ;
17. Senhor TELSON PIRES – ALERJ;
18. Senhor WALDIR DA SILVA JUNIOR – ALERJ;
19. Senhora DENISE DE CARVALHO – ALERJ;
20. Senhora CRISTIANE DE OLIVEIRA – ALERJ;
21. Senhora CARLA SOARES BRANDÃO DE ALMEIDA – ALERJ;
22. Senhora LISLANE ROTTAS – ALERJ;
23. Senhor GUSTAVO RAFAEL SOARES – ALERJ;
24. Senhora RENATA LIRA – ALERJ;
25. Senhor JORGE TURCO – ALERJ;
26. Senhora KATIA ALVES - ALERJ;
27. Senhora REJANE MORAES – ALERJ;
28. Senhor THIAGO SALLES IGNATOWSKI – ALERJ;
29. Senhor VINICIUS CESAR DA SILVA DE PAULA – ALERJ;
30. Senhor HERMES MAX DA SILVA CORDEIRO – ALERJ;
31. Senhora MILENA AFONSO DOS SANTOS – ALERJ;

32. Senhor ROGERIO FERREIRA DA ROCHA – SEAP;
33. Senhor LÚCIO FLÁVIO CORREIA ALVES – SEAP;
34. Senhor IGOR BICACO JOÃO – SEAP;
35. Senhor ALEXANDER DE CARVALHO MAIA – SEAP;
36. Senhora ALINE SOUZA CAMILO – SEAP;
37. Senhora ANA TEREZA BASILIO – OAB/RJ;
38. Senhora CAROLINA MIRAGLIA DE ANDRADE – OAB/RJ;
39. Senhor ALEX SANTOS DE OLIVEIRA – Presidente da Fundação Santa Cabrini;
40. Senhor MICHEL MARINS DOS SANTOS – Fundação Santa Cabrini;
41. Senhor CARLOS MARIO DA SILVA NETO – Prefeitura de Niterói.

Consigna-se, ainda, a participação virtual pela plataforma Teams:

42. Promotor de Justiça MURILO NUNES DE BUSTAMANTE;
43. Juíza RAQUEL SANTOS PEREIRA CHRISPINO;
44. Senhora JULIANA TONCHE;
45. Senhora BRENDA CRISTINA VIOLA DA SILVA.

**A Segunda Vice-Presidente do TJRJ Desembargadora Suely Lopes Magalhães, Supervisora do GMF/RJ**, abre os trabalhos às 11h05min. Em suas considerações iniciais, informa que o GMF/RJ, que já realizou quatro reuniões na atual gestão, nesta data instala sua Secretaria e Sala de Reuniões, em espaços físicos próprios. Salaria que as realizações ocorrem por força do trabalho que congrega todos os Poderes e destaca o papel do CNJ motivando as ações. Enfatiza que o Colegiado está aberto a todos, para que possam oferecer sugestões e atuar em conjunto na busca de soluções.

Em prosseguimento, o **Desembargador Mauro Pereira Martins, Supervisor do DMF/CNJ**, enaltece o impressionante trabalho desenvolvido no GMF/RJ em tão curto espaço de tempo, a dimensão que o Colegiado ganhou no âmbito do TJRJ e o compromisso e dedicação da **Supervisora** na gestão da 2ª Vice-Presidência e do GMF/RJ. Ressalta a importância do engajamento do Poder Legislativo Estadual para a melhoria do sistema prisional. Com relação ao tema em pauta, entende que o CNJ tem o papel de mediar, promover a interlocução entre os atores envolvidos e auxiliar no trabalho final. Contudo, é fundamental que os Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo atuem em parceria, através de seus Órgãos locais. Pondera que o sistema prisional deve ser avaliado em três etapas: I) a porta de entrada; II) o cumprimento da pena e; III) a porta de saída. Enfatiza que o momento em que a pessoa presa sai do sistema penitenciário deve ser tratado com toda a atenção, tendo em vista que a possibilidade e a probabilidade de reincidência são grandes. Assevera que se o Estado não fornecer esse apoio, provavelmente a pessoa irá buscar as antigas referências que fizeram com que ela ingressasse no crime. Nesse sentido,

esclarece que o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF), em parceria com o Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento (PNUD) tem um programa denominado Fazendo Justiça, que envolve inúmeras fases e projetos que permitem uma execução penal mais humana e digna, possibilitando que o indivíduo se ressocialize e não volte a delinquir. Os Escritórios Sociais existem para fornecer esse apoio na reinserção social.

Sobre o tema, o **Coordenador do DMF Luis Geraldo Lanfredi** salienta que o desafio do sistema prisional não é de um único órgão, mas sim da coletividade. Menciona que a Lei de Execução Penal (LEP) é de 1984, anterior à Constituição Federal de 1988, e até hoje o sistema de execução de penas não se estruturou para ter estabelecimentos adequados, em condições de absorver a população que passa pelo sistema carcerário. Assevera que não há a organização dos serviços penais condizentes com o que a Lei preconiza e o alinhamento com os tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. Pontua que na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n. 347 de 2015, o Supremo Tribunal Federal reconheceu que no sistema prisional brasileiro ocorre uma violação generalizada de direitos fundamentais dos presos e que as penas privativas de liberdade aplicadas nas prisões terminam sendo penas cruéis e desumanas, o que viola expressamente a Constituição Federal. Portanto, o sistema prisional está à margem da lei. Aponta a necessidade de se cumprir o que a Sociedade espera das instituições, para que haja a credibilidade no sistema prisional e assim ele possa ser efetivo. Relata que o DMF foi criado por Lei em 2009, reconhecendo que o tema sistema prisional é chave para a segurança pública do país. Enfatiza que essa segurança pública almejada começa a se realizar quando se dá importância aos que estão encarcerados. Chama a atenção para o fato de que a **Supervisora do GMF/RJ**, ao completar dois meses de gestão, consegue reunir as composições do Judiciário, do Legislativo, do Executivo, da Sociedade Civil, e de todos os órgãos que são absolutamente importantes na resolução do problema, sem os quais não é possível superar os grandes desafios que se apresentam. Assevera que é importante se pensar em punições justas e rigorosas para os que transgridam as regras da convivência social, mas nada além do que a Constituição Federal e a LEP preconizam. Enfatiza que as ações estruturadas na construção de políticas judiciárias só fazem sentido se houver o Executivo pronto a executá-las e o Legislativo disposto a estabelecer os princípios. A pretensão deste encontro é a construção de uma política de atenção às pessoas egressas, em que o Estado se faça presente, para que essas pessoas não sejam recapturadas pela criminalidade e voltem a transgredir.

Em complemento ao tema, **Senhor Felipe Athayde Melo**, Coordenador Técnico do Eixo Cidadania do Programa Fazendo Justiça, valoriza a articulação promovida pela **Supervisora do GMF/RJ** e a oportunidade deste diálogo entre os Três Poderes e a Sociedade Civil. Reitera que embora haja a previsão na LEP, reafirmada pela Constituição Federal, ainda não se logrou êxito na implantação de política pública voltada aos egressos do sistema prisional. Destaca que esse debate também ocorre no Congresso Federal, com elaboração de minuta de Decreto junto à Presidência da República, que pretende instituir, no âmbito Federal, uma política de atenção aos egressos. Em seguida, inicia a apresentação da Política Nacional de Atenção às Pessoas Egressas (PNAPE). A referida apresentação integra a presente Ata. **(Anexo 01)**.

No ensejo, a **Supervisora do GMF/RJ** discorre sobre os avanços ocorridos no Rio de Janeiro, especificamente no que tange aos Escritórios Sociais. Elucida que o GMF/RJ está em tratativas com o Juiz da Vara de Execuções Penais para que forneça mensalmente a listagem dos presos que deixarão o sistema carcerário no prazo de seis meses. No dia seguinte a presente reunião será inaugurado o Escritório Social do Município de Campos dos Goytacazes. O de Niterói funciona plenamente, bem como o de Maricá. Em maio, será inaugurado o Escritório Social de Bangu, no Município do Rio de Janeiro, e já existe imóvel alugado para o funcionamento do Escritório. Salaria que o GMF/RJ tem se esmerado para tratar também da questão dos adolescentes em conflito com a lei. Relata extensa reunião do GMF/RJ com o **Prefeito do Rio de Janeiro Eduardo Paes** em que ele informou que o Projeto denominado Passo a Passo, direcionado aos adolescentes em cumprimento de medida de liberdade assistida, cuja competência é do Município, está sendo restaurado e o **Prefeito** liberou por Decreto o valor de 4 bilhões de reais para que essa política seja efetivada através da Secretaria Municipal de Assistência Social. Salaria que as visitas às unidades prisionais estão em dia. Menciona o trabalho desenvolvido pela Justiça Itinerante do TJRJ, que entra nas unidades prisionais para emitir documentação para os presos. Acrescenta que esteve pessoalmente com o **Governador do Estado Claudio Castro**, que assumiu o compromisso de realizar concurso público para agentes do DEGASE. Aborda ainda as tratativas em curso do Estado do Rio de Janeiro com o SENAC para capacitação dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, possibilitando a empregabilidade e evitando-se a reincidência. Ressalta que o GMF/RJ está abrangendo várias frente. Enfatiza que essa prática será recorrente em sua gestão como **2ª Vice-Presidente e Supervisora do GMF/RJ**.

Em continuidade, o **Deputado Estadual Daniel Librelon** pondera que a Casa Legislativa estava um pouco distante do tema em pauta, de grande relevância para o Estado. Relata que propôs ao Presidente da ALERJ a instalação da Frente Parlamentar de Atenção às Pessoas Egressas, visando extrair políticas públicas, bem como deliberar assuntos que têm chegado à Assembleia Legislativa através do GMF/RJ, com o intuito de fomentar a implantação de Escritórios Sociais. Ressalta que a Fundação Santa Cabrini também se faz presente, através de seu **Presidente Senhor Alex Santos de Oliveira**. Empenha seu compromisso para que a Casa Legislativa faça parte dessa engrenagem com o Poder Executivo, promovendo a articulação, bem como com o Poder Judiciário, para que mais escritórios possam ser implementados, aumentando a abrangência no Estado do Rio de Janeiro. Reitera o compromisso dessa Frente Parlamentar, na qual serão realizadas várias audiências públicas sobre o tema e desenvolvidas ações junto aos Poderes Judiciário e Executivo. Enfatiza que a ressocialização é o caminho da prevenção.

Em suas considerações finais, a **Supervisora do GMF/RJ** destaca que as reuniões do GMF/RJ serão uma constante ao longo da gestão, ocorrendo nesta sala, às quintas-feiras e o Colegiado está sempre aberto a sugestões e ponderações. Enfatiza o empenho da Segunda Vice-Presidência do TJRJ e do GMF/RJ para que, juntos com a Frente Parlamentar, avancem na implantação de Escritórios Sociais em outros municípios do Estado do Rio de Janeiro.

Nada mais a tratar, encerra a reunião às 12h30min.

**Segunda Vice-Presidente Desembargadora Suely Lopes Magalhães**  
**Supervisora do GMF/RJ**